

Norma provisória não impedirá voto secreto

Mesmo sob normas provisórias, a Constituinte poderá ter votações secretas, se necessário. Os constituintes poderão encaminhar ao presidente da República, por intermédio do presidente da Assembléia, requerimentos de informações e os líderes poderão distribuir o «horário de liderança» entre seus liderados.

Esses foram os resultados das votações dos «destaques» requeridos para alguns pontos das normas provisórias e que marcaram uma primeira derrota, em plenário, da liderança do PMDB. Foram aprovados apenas dois «destaques», rejeitado um — o que visava a impedir votações secretas — e considerado prejudicado um último, por tratar desse mesmo assunto.

José Genoíno (PT-SP) e Haroldo Lima (PC do B-BA) não queriam a votação secreta, cuja possibilidade foi prevista, segundo o relator, por se ter simplesmente transcrito o que dizem os regimentos da Câmara e do Senado.

Defenderam esse tipo de votação os líderes Pimenta da Veiga (PMDB), Amaral Netto (PDS), Gastone Righi (PTB) e Marcondes Gadelha (PFL), todos considerando-a «democrática», uma «conquista» e uma «garantia aos próprios constituintes». O plenário manteve-a, por grande maioria.

O relator Fernando Henrique Cardoso posicionou-se contra a emenda do líder do PDS, Amaral Netto, permitindo que sejam encaminhados requerimentos de informações ao presidente da República. O líder Pimenta da Veiga também veio

em seu auxílio, alegando que havia falha técnica, porque o requerimento deveria ser dirigido não ao presidente da República, mas ao chefe do Gabinete Civil. «Esta é uma Assembléia Constituinte e, por sua grandeza, ela deve dirigir-se ao presidente» — rebateu Amaral Netto. Posta em votação, a emenda destacada foi aprovada pela quase totalidade do plenário, inclusive por quase toda a bancada do próprio PMDB.